



JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL EM MARACANAÚ: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Matheus Lima De Oliveira¹
Andrea Yumi Sugishita Kanikadan²

RESUMO

O presente estudo analisa a relação entre o expressivo crescimento econômico impulsionado pelo desenvolvimento industrial de Maracanaú, no Ceará, e a consequente necessidade e formulação de políticas públicas direcionadas à sua numerosa população jovem, considerando o impacto direto desse crescimento no aumento populacional e no poder econômico da cidade. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, baseia-se em análise documental de dados do IBGE, legislação municipal e observação direta de espaços de convívio juvenil. Os resultados apontam que, apesar da pujança econômica simbolizada pelo Distrito Industrial, as políticas para a juventude carecem de investimento robusto e de uma abordagem descentralizada que contemple a enorme diversidade desse grupo. A Secretaria de Juventude detém uma das menores dotações orçamentárias do município, contrastando com a urgência da demanda. Conclui-se que o crescimento material da cidade não foi plenamente acompanhado por um desenvolvimento social equivalente, sendo crucial fortalecer iniciativas comunitárias e inspirar-se em modelos de sucesso para construir uma rede de proteção e oportunidades que verdadeiramente atenda aos anseios dos jovens maracanauenses.

Palavras-chave: Política publica; Juventude; Economia; Desenvolvimento industrial.

Unilab, ICSA, Discente, matheusorganiza@gmail.com¹
Unilab, ICSA, Docente, andreakanikadan@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

Maracanaú configura-se como um epicentro do desenvolvimento industrial cearense, uma cidade que se transformou radicalmente a partir da implantação do Distrito Industrial em 1971. Esse crescimento, porém, teceu uma realidade complexa, marcada por contrastes sociais profundos. O município, hoje um dos mais populosos do estado, abriga um verdadeiro exército de mais de 56 mil jovens, um contingente que representa simultaneamente a promessa de um futuro próspero e um desafio social de grandes proporções. Espera-se que esta análise forneça subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às necessidades da juventude maracanaense, contribuindo para um desenvolvimento municipal mais equitativo e sustentável.

A rápida industrialização atuou como um ímã, atraindo pessoas de diversos cantos, o que, por sua vez, intensificou problemas de infraestrutura, segurança e acesso a serviços. No centro desse turbilhão, a juventude local navega entre as oportunidades geradas pela economia e a carência de políticas públicas efetivas que dialoguem com suas múltiplas identidades e necessidades. Este trabalho, portanto, busca desvendar esse nó, investigando de que maneira o modelo de desenvolvimento adotado pelo município impacta a vida de seus jovens e como o poder público tem respondido a esses desafios. O estudo ancora-se no referencial teórico de políticas públicas, dialogando com autores como Secchi (2013), para analisar a intersecção entre o progresso industrial e a construção de políticas de juventude no município, identificando lacunas e propondo caminhos para um desenvolvimento mais inclusivo e humano.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de natureza qualitativa e exploratória, apropriado para compreender a complexidade do fenômeno em seu contexto real. A abordagem metodológica baseou-se em dois eixos principais: a pesquisa documental e a observação direta.

Para a pesquisa documental, foram consultadas fontes secundárias oficiais, como dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município para 2025 (Lei nº 3.620/2024), legislação pertinente e estudos acadêmicos que discutem desenvolvimento regional e políticas para a juventude. Esta etapa permitiu mapear o cenário socioeconômico e o arcabouço legal-institucional.

Complementarmente, realizou-se observação direta não participante em espaços centrais de convivência juvenil, notadamente a Praça da Estação. Este procedimento foi fundamental para capturar a pulsação da cidade e a diversidade de grupos que nela coexistem, desde tribos urbanas específicas até coletivos culturais. A análise final emerge da triangulação entre os dados documentais e as evidências empíricas colhidas no local, permitindo uma interpretação consistente e contextualizada da realidade investigada. A análise foi organizada em categorias temáticas, a saber, educação, saúde, segurança e cultura, fundamentadas nos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Juventude e Orçamento Público: A Discrepância entre Potencial e Investimento em Maracanaú

A análise das políticas públicas para a juventude em Maracanaú revela um paradoxo significativo: embora o



município abrigue expressivos 56.015 jovens entre 15 e 29 anos, representando aproximadamente 24% de sua população total segundo o IBGE (2022), o investimento municipal neste segmento mostra-se notoriamente aquém de suas necessidades. A Secretaria de Juventude e Lazer (SEJUV), órgão responsável por formular e implementar políticas para este público, opera com uma dotação orçamentária de apenas R\$ 5.327.500,00 para 2025, conforme estabelecido pela Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3.620/2024). Este montante, que deve cobrir todas as despesas de custeio e investimentos, configura a pasta como uma das menos financiadas da estrutura administrativa municipal.

Esta limitação orçamentária restringe severamente a capacidade de ação da SEJUV, confinando suas iniciativas majoritariamente a projetos centralizados que pouco alcançam a diversidade de realidades juvenis espalhadas pelo território municipal. A observação in loco realizada na Praça da Estação, espaço que se tornou ponto de convergência de múltiplas tribos urbanas, incluindo emos, roqueiros, comunidade LGBTQIAPN+, jovens mães e pais, e grupos de dança, evidenciou a complexidade e pluralidade dessas juventudes que demandam políticas específicas e diferenciadas.

Em contrapartida a esta atuação estatal limitada, identifica-se a florescência de iniciativas comunitárias autônomas que preenchem as lacunas deixadas pelo poder público. O Sarau BOTA o TEU, realizado mensalmente na praça do Restaurante Popular, emerge como exemplo emblemático dessas "políticas públicas não-oficiais" lideradas por agentes locais que demonstram percepção aguçada das reais necessidades de seu território. Esta dinâmica corrobora a tese de Secchi (2013) sobre o papel formulador das organizações da sociedade civil, que atuam como cocriadoras da agenda pública a partir de suas experiências concretas.

O desafio que se coloca para Maracanaú reside justamente na superação deste descompasso entre a vitalidade demográfica juvenil e a precariedade do investimento público direcionado a este segmento. Como caminho prospectivo, sugere-se a adoção de estratégias inspiradas em modelos já consolidados no estado, como os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCAs) de Fortaleza e as Casas da Juventude Cearense (CAJUs) do governo estadual. A implementação de programas de agentes jovens comunitários, com bolsas-incentivo para atuação em territórios específicos, representaria avanço significativo na construção de políticas verdadeiramente descentralizadas e sintonizadas com a multifacetada realidade juvenil maracanaense.

Esta reorientação paradigmática das políticas de juventude, de um modelo centralizador para um ecossistema de iniciativas articuladas entre poder público e sociedade civil, mostra-se não apenas desejável, mas imperiosa para que o desenvolvimento municipal não deixe para trás justamente aqueles que representam o futuro da cidade.

3.2. Educação: Entre Avanços e Controvérsias

O cenário educacional de Maracanaú apresenta um paradoxo emblemático: enquanto avança na expansão quantitativa de oportunidades, enfrenta desafios qualitativos quanto ao modelo de formação que pretende oferecer às suas juventudes. A implementação do modelo cívico-militar em onze estabelecimentos de ensino, notadamente na EMEF Professor José Maria Barros de Pinho, representa mais do que uma mera opção



pedagógica - configura um verdadeiro divisor de águas na concepção de educação que se deseja para o município.

A controvérsia, longe de ser meramente local, espelha um debate nacional que opõe duas visões antagônicas de sociedade: de um lado, a perspectiva que entende a disciplina e a hierarquia como valores fundamentais para a formação cidadã; de outro, a visão que privilegia a gestão democrática e a construção coletiva do conhecimento, conforme preconizado pela LDB (BRASIL, 1996) e defendido por entidades como a UBES (2019).

Paralelamente a este embate ideológico, desenvolve-se silenciosa revolução na educação profissionalizante. A transformação de 64,7% das escolas estaduais em unidades de tempo integral, com predomínio das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), indica opção estratégica pela qualificação técnica alinhada às demandas do arranjo produtivo local. Este movimento não é casual: revela sintonia fina entre as políticas educacionais e as necessidades do parque industrial instalado no município.

A expansão do ensino superior conforma outro eixo desta estratégia multifacetada. A criação do primeiro centro universitário público municipal cearense, com oferta inicial de 280 vagas, conjuga-se com a consolidação do IFCE Campus Maracanaú - verdadeiro esteio na formação de engenheiros e técnicos - e com a atuação da Universidade Operária do Nordeste em territórios de baixo IDH. Esta teia institucional, complementada pelo apoio logístico à UNILAB e pela presença de instituições privadas, desenha ecossistema educacional complexo e diversificado.

Não obstante estes avanços, permanecem desafios históricos. O CEJAM segue atendendo aqueles que o sistema regular deixou para trás, enquanto o CLM busca equiparar os jovens maracanaenses às exigências de um mercado de trabalho globalizado. Estas iniciativas, embora meritórias, denunciam as assimetrias que perduram no acesso à educação de qualidade.

O que se observa, em última instância, é a educação como espelho das contradições de uma cidade em transição: entre a fábrica e a universidade, entre a disciplina e a emancipação, entre o local e o global. O desafio que se coloca para Maracanaú é conciliar seu projeto desenvolvimentista com a formação de sujeitos críticos capazes de não apenas servir à indústria, mas de reinventar o próprio futuro do município.

3.3. Segurança e Saúde: Entre Dados Oficiais e Realidades Percebidas

Os indicadores oficiais de segurança em Maracanaú apontam uma tendência de melhora nos índices de criminalidade violenta, com redução de 15,5% nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) registrada em maio de 2025 conforme dados da SSPDS (2025). Esta evolução é atribuída aos investimentos em tecnologia e policiamento, notadamente com a implementação do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). Contudo, a percepção de insegurança entre a população juvenil persiste, sinalizando que a abordagem meramente reativa mostra-se insuficiente para transformar a experiência cotidiana dos jovens no espaço público.

Na área da saúde, identifica-se um desafio análogo quanto à efetividade das políticas públicas. A discussão sobre saúde juvenil demanda uma visão integral que articule educação sexual e saúde mental, dimensões



particularmente afetadas pelos impactos da pandemia de COVID-19 conforme alerta Alvim (2023). O acesso a estes serviços, contudo, esbarra na sobrecarga estrutural do Sistema Único de Saúde (SUS), que enfrenta desafios históricos de subfinanciamento e alta demanda como apontam Bahia et al. (2023). Embora o município possua formalmente uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) organizada, com encaminhamentos iniciando nas Unidades Básicas de Saúde, a prática cotidiana revela limitações na capacidade de atendimento, resultando em listas de espera extensas e fragmentação do cuidado.

CONCLUSÕES

Conclui-se que Maracanaú vive uma encruzilhada. O seu desenvolvimento industrial, uma locomotiva que arrasta a economia estadual, não foi capaz, por si só, de gerar um desenvolvimento social harmonioso e inclusivo para toda a sua população, em especial para os jovens. As políticas públicas existentes são insuficientes, fragmentadas e, muitas vezes, desconectadas da rica e diversa realidade juvenil que fervilha em suas praças e bairros.

O caminho a seguir exige uma reavaliação de prioridades. É premente ampliar o investimento na pasta da juventude e adotar uma estratégia descentralizada, que fortaleça e financie as iniciativas comunitárias já existentes, reconhecendo seu valor. Inspirar-se em modelos consagrados, como os CUCAs e as CAJUs, pode oferecer um roteiro para criar espaços de pertencimento e criatividade. O verdadeiro desenvolvimento do município será medido não apenas pelo PIB, mas pela sua capacidade de converter o potencial de sua juventude em um futuro próspero e coletivo, onde a fumaça das chaminés não ofusque, mas sim ilumine, os sonhos de sua gente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Dra. professora Andrea Kanikadan pela paciência e dedicação na orientação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, M. Jovens são os mais afetados pelos efeitos da pandemia na saúde mental. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-03/jovens-sao-mais-afetados-pelos-efeitos-da-pandemia>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- BAHIA, L. et al. O SUS e os desafios da transição do sistema de saúde universal no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 5, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dYkC7bYh6fV3M8Z5xWwYkXj/>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

CEARÁ. Ceará encerra 1º quadrimestre de 2025 com reduções nos índices de mortes violentas e roubos. Governo do Estado do Ceará, 2025. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2025/05/14/ceara-encerra-1o-quadrimestre-de-2025-com-reducoes-nos-indices-de-mortes-violentas-e-roubos-resultado-favorece-misp/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CEARÁ. Produção industrial do Ceará fecha 2024 com crescimento de 6,9%. Governo do Estado do Ceará, 2025. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2025/02/11/producao-industrial-do-ceara-fecha-2024-com-crescimento-de-69/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

DIÁRIO DO NORDESTE. Referência para o segmento industrial, Maracanaú é espaço para investimentos diversos. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/referencia-para-o-segmento-industrial-maracanau-e-espaco-para-investimentos-diversos-1.3585466>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FIEC. Decreto estadual nº 9.533 de 20 de agosto de 1971. [20--]. Disponível em: <https://arquivos.sfiec.org.br/nucleoeconomia/files/files/Outras%20publicacoes/distrito-industrial-nova-identidade-vfinal.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

IBGE. Cidades e Estados: Maracanaú. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/maracanau/panorama>. Acesso em: 17 ago. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

OPINIÃO CE. São João de Maracanaú movimenta R\$ 100 milhões na economia local. 2024. Disponível em: <https://www.opinioce.com.br/sao-joao-de-maracanau-movimenta-r-100-milhoes-na-economia-local/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PREFEITURA DE MARACANAÚ. Maracanaú terá o primeiro Centro Universitário Público Municipal do Ceará. 2024. Disponível em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/maracanau-tera-o-primeiro-centro-universitario-publico-municipal-do-ceara/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PREFEITURA DE MARACANAÚ. Prefeitura institui 4ª Escola Cívico-Militar Professor José Maria Barros Pinho. 2023. Disponível em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/prefeitura-institui-4a-escola-civico-militar-professor-jose-maria-barros-pinho/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SECCHI, L. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SSPDS (Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará). Ceará encerra maio de 2025 com redução de 15,5% no CVLI. 2025. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2025/06/04/ceara-encerra-maio-de-2025-com-reducao-de-155-no-cvli-diminuicao-no-acumulado-dos->. Acesso em: 20 ago. 2025.

UBES. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. 10 problemas graves no projeto de Bolsonaro para militarizar escolas. 2019. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2019/10-problemas-graves-no-projeto-de-bolsonaro-para-militarizar-escolas/>. Acesso em: 21 ago. 2025.